

## **NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE A CONSELHEIRA DA ANEPECP PROFA. DRA. CAROLINA GABAS STUCHI ALVO DE ATAQUES MACHISTAS E SEXISTAS PELO JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO**

A ANEPECP (Associação Nacional de Ensino Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas), entidade representativa dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, manifesta seu apoio e solidariedade à conselheira Profa. Dra. Carolina Gabas Stuchi, atual Secretária Nacional de Patrimônio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que foi atacada de modo machista e sexista numa matéria publicada no jornal o Estado de São Paulo, assinada por Tácios Lorrán, em 08/05/2023, intitulada “Mulheres de cinco ministros do governo Lula são nomeadas para cargos públicos”. Nossa organização científica tem a honra de contar com a referida professora e gestora pública no Conselho Consultivo, uma vez que é uma acadêmica e gestora pública de referência nacional, com ampla experiência e exercício ético da profissão.

Não é suficiente aqui destacar toda a qualificação profissional de Carolina Gabas Stuchi, atualmente professora concursada da Universidade Federal do ABC, cedida para prestar serviços de relevância pública para o Governo Federal, e anteriormente servidora concursada da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Além da sólida formação acadêmica, ela exerceu anteriormente vários cargos executivos no governo federal e na referida universidade, o que seria suficiente para racionalmente identificar sua competência. Sua trajetória está publicamente anunciada em seu [currículo](#).

A referida matéria do Estadão violenta de modo machista nossa professora do Campo de Públicas, pelo fato de ter sido casada com um ministro do governo federal, mesmo estando divorciada há mais de três anos. Mais quatro mulheres também foram alvo do ataque e tentativa de desqualificação sexista por terem ou terem tido relações conjugais com ministros de Estado.

Esse tipo de abuso midiático revela que parte do jornalismo brasileiro não apenas adota, como também estimula práticas machistas e sexistas de julgamentos sociais que são incompatíveis com os anseios democráticos da sociedade brasileira. O Campo de Públicas, na defesa da democracia e do republicanismo, combate todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação. Lutamos pela construção de condições de igualdade e equidade entre homens e mulheres, inclusive para o exercício profissional da Administração Pública. Ressaltamos que tal agenda inclusive avançou recentemente com a aprovação do Projeto de Lei nº. 1.085/2023, que estabelece medidas para a fiscalização e o combate à persistente e inexplicável desigualdade de remuneração entre homens e mulheres.

Violências como essa praticada pelo Estadão, que teve a matéria reproduzida em jornais locais de menor porte e repercutida em redes sociais, devem ser questionadas enquanto “jornalismo”. Além de em nada contribuir à informação, agride

mulheres, mães e profissionais, buscando desqualificá-las num país em que as desigualdades entre homens e mulheres no âmbito da política e do exercício profissional estão entre as piores do mundo.

Manifestamos nosso repúdio a esse tipo de prática ultrajante da imprensa que, ao invés de informar tenta, de modo irresponsável, desmerecer a vida pública de mulheres trabalhadoras qualificadas, que exercem mais de uma jornada de trabalho, e que estão desempenhando com efetividade e competência profissional funções de relevância pública na reconstrução democrática do Brasil. Defendemos o papel de um jornalismo e da imprensa livre, ética e republicana, que informe a sociedade e não reproduza e alimente desigualdades. Sendo assim, é mister que o referido órgão da imprensa faça uma retratação pública sobre a violência de gênero cometida.

*M. A. Rodrigues*

**Maria Isabel Araújo Rodrigues**

Diretora Presidente

Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas